



Instauratio Magna

Revista do Programa de Pós-Graduação
em Filosofia da Universidade Federal do ABC
3/1 • 2023 • ISSN: 2763-7689

Artigo

Quando só a violência pode acabar com a violência: Fanon, Sartre e a luta anticolonial

Frederico Moreira Guimarães
Universidade Federal do ABC

DOI: 10.36942/rfim.v3i1.835

Contato do autor: fredericoguimaraes83@gmail.com

Quando só a violência pode acabar com a violência: Fanon, Sartre e a luta anticolonial

Resumo

Tendo como perspectiva *Os condenados da terra* de Frantz Fanon e o importante prefácio desta obra escrito por Jean-Paul Sartre, o presente artigo pretende examinar os posicionamentos de ambos os pensadores sobre as lutas descoloniais, tendo como referência a experiência de Fanon na Argélia e o seu engajamento na Frente de Libertação Nacional. Diante da extrema violência francesa neste território da África setentrional, denunciada nas diversas obras e artigos políticos escritos por Fanon, a violência da resistência argelina se apresenta como alternativa na luta dos povos explorados, numa guerra desigual e injusta na qual torna-se, na visão dos autores, impossível a neutralidade. Dessa forma, o presente artigo tem como escopo produzir uma análise da violência dentro do debate ético-político das lutas anticoloniais a partir da interpretação dos pensadores citados, tendo como contraponto a crítica de Hannah Arendt à posição dos autores, para a compreensão do projeto fanoniano de defesa da causa argelina, demonstrando à luz da história e de seu projeto filosófico, quando a violência se torna a única ferramenta para combater outra violência maior.

Palavras-chave: Violência, anticolonialismo, Fanon, Sartre, Revolução.

—
When only violence can cease violence: Fanon, Sartre and the anti-colonial struggle

Abstract

From the perspective of Frantz Fanon's *The Wretched of the Earth* and its important preface, written by Jean-Paul Sartre, this article intends to

examine the positions of both thinkers on decolonial struggles concerning to Fanon's experience in Algeria and his engagement in the National Liberation Front. Facing the extreme French violence in such territory of Northern Africa, reported in several works and political articles by Fanon, the violence of the Algerian resistance is introduced as an alternative in the struggle of the exploited peoples, in an unequal and unfair war in which neutrality becomes impossible according to the author. Thus, this article aims to produce an analysis of violence within the ethical-political debate of the anti-colonial struggles from the interpretation of the mentioned thinkers, contrasting Hannah Arendt's criticism against the position of the authors, to the understanding of Fanon's project of defense of the Algerian cause, demonstrating in the light of history and of his philosophical project, when violence becomes the only tool to combat other greater violence.

Keywords: Violence; Anti-colonialism; Fanon; Sartre; Revolution.

Cuando sólo la violencia puede poner fin a la violencia: Fanon, Sartre y la lucha anticolonial

Resumen

Teniendo como perspectiva *Los condenados de la tierra* de Frantz Fanon y el importante prefacio de esta obra escrito por Jean-Paul Sartre, el presente artículo pretende examinar las posiciones de ambos pensadores sobre las luchas decoloniales, teniendo como referencia la experiencia de Fanon en Argelia y su compromiso en el Frente de Liberación Nacional. Frente a la extrema violencia francesa en este territorio del norte de África, denunciada en varias obras y artículos políticos escritos por Fanon, la violencia de la resistencia argelina se presenta como una alternativa en la lucha de los pueblos explotados, en una guerra desigual e injusta en la

que la neutralidad se hace, según los autores, imposible. Este artículo pretende realizar un análisis de la violencia dentro del debate ético-político de las luchas anticoloniales a partir de la interpretación de los pensadores mencionados, con la crítica de Hannah Arendt como contrapunto a la posición de los autores, para entender el proyecto fanoniano de defensa de la causa argelina, demostrando a la luz de la historia y de su proyecto filosófico, cuándo la violencia se convierte en la única herramienta para combatir otras violencias mayores.

Palabras clave: Violencia, anticolonialismo, Fanon, Sartre, Revolución.

Introdução

“Sabíamos, creio eu, e esquecemos esta verdade: nenhuma suavidade apagará as marcas da violência; só a violência é que pode destruí-las.” (- Jean-Paul Sartre, 1968, p, 14)

A citação acima, do famoso e polêmico prefácio escrito por Jean-Paul Sartre (1905-1980) para a obra *Os condenados da terra*, de Frantz Omar Fanon (1925-1961), trazem uma questão complexa e, em certo sentido, bastante questionada por muitos pensadores: a legitimação da violência, mesmo numa luta de libertação. Enquanto o mais comum e eticamente aceito é a defesa de que a violência nunca pode ser legitimada e que a única saída para tal embate é a não-violência ou um pacifismo radical, Fanon e Sartre não temem se comprometer e, diante da emergência da luta anticolonial, apresentam a violência como única saída do conflito, principalmente diante da crescente violência francesa no território, na tentativa de perpetuar a exploração colonial. Ambos os pensadores, portanto, concordam que, neste caso, a violência não é apenas urgente e necessária, como será uma peça importante – a tendo como perspectiva a história – da formação de uma nova humanidade, liberta dos males do colonialismo e da opressão.

Para efetuar essa análise, o presente artigo será dividido em três partes: a primeira irá apresentar, a partir de diversos escritos políticos de Fanon, a situação da Argélia na Guerra de Independência, o trabalho do pensador junto à FLN e a necessidade da resistência, diante de um terror cada vez maior por parte dos colonizadores. O segundo capítulo, dedicado à análise do pensamento de Sartre sobre o tema, tendo como base o prefácio de *Os condenados da terra* e outras obras do filósofo, visa analisar a leitura

que este pensador fez da obra de Fanon a partir de seu projeto filosófico existencialista. Por fim, a terceira parte se dedicará ao debate ético sobre a questão do uso da violência como ferramenta anticolonial e o seu sentido dentro do debate ético-político, na perspectiva dos autores mobilizados.

Além das obras de Fanon e de Sartre, foram utilizadas outras referências, como obras e artigos de comentadores; além de pensadores que abordaram a questão da violência e que poderiam contribuir com conceitos e ferramentas de interpretação e análise sobre o tema.

Fanon e a luta anticolonial: resistência e revolução

Para compreender e avaliar devidamente o dossiê criminal do colonialismo francês na Argélia desde o início da guerra, é preciso ter sempre em mente a filosofia do colonialismo. Na perspectiva colonialista, deve haver sempre, na terra ocupada, um mínimo de terror. Policiais, administradores racistas e prevaricadores, colonos abomináveis em torpeza e prazer perverso tecem sobre o conjunto do país colonizado uma rede muito cerrada na qual o autóctone se sente literalmente imobilizado. (FANON, 2021, p. 103).

O fragmento acima de Fanon, intitulado *O calvário de um povo*, foi retirado de um artigo escrito no jornal argelino *El Moudjahid*, em 1958¹, periódico em que Fanon fazia parte desde o ano anterior² e teve importante papel no apoio à luta pela independência argelina, bem como na divulgação das atrocidades cometidas pelos franceses nesse período. Nascido na Martinica, colônia francesa no Caribe, Fanon lutou durante a Segunda Guerra na resistência francesa contra a ocupação alemã e, depois da Guerra, graduou-se em medicina, concluindo sua especialização em psiquiatria no ano de 1951, em Lyon. Sua famosa obra *Pele negra, máscaras brancas* chegou a ser apresentada como tese nessa época, mas foi rejeitada pela banca, sendo publicada apenas no ano seguinte. Após

ter sido aprovado no exame dos hospitais psiquiátricos para a vaga de médico-chefe, é nomeado para a Argélia, onde empreende uma reforma no modelo de tratamento psiquiátrico existente, além de inúmeras denúncias à forma como os pacientes eram tratados na época. Em 1955 começou a ter contato com a Frente de Libertação Nacional (daqui em diante, denominada FLN), grupo que agremiava diversos movimentos políticos pela independência da Argélia, cujo braço armado era denominado de Exército de Libertação Nacional (ELN), engajando-se em sua causa: a luta anticolonial e a militância pan-africanista.

O que Fanon denomina como “Filosofia do colonialismo” equivale às práticas de violência e terror implantadas pelos colonizadores como forma de impor seu domínio político e econômico no território, sempre pelo uso da força e violência extrema. Como definição recorro à utilizada por Balibar, que compreende a violência extrema como crueldade (2015, p. 20)³, que é o que podemos concluir a partir das práticas francesas empregadas durante a luta pela independência da Argélia, durante os anos de 1950 e 1960, com práticas de tortura, agressões e forte repressão, nas palavras de Fanon:

Ao longo desses quatro anos de guerra, o colonialismo francês na Argélia colocou-se irremediavelmente fora da lei. Não recuou diante de nenhuma ação, por mais horrível que fosse. Nenhuma ignomínia o intimidou. Engajou-se perversamente numa empreitada que, para ser bem-sucedida, exigiu desprezo pelo ser humano em seu espírito, desprezo pelo ser humano em sua carne, desprezo pelo ser humano em sua alma. “O colonialismo francês na Argélia é a maior vergonha do homem ocidental”, repetiram durante meses os observadores estrangeiros. (2021, p. 107).

Fanon, nesse mesmo artigo, chama os franceses de “criminosos de guerra”, cujo saldo era de “150 mil argelinos nas prisões e nos campos, cerca

de meio milhão de refugiados e 600 mil mortos” (2021, p. 108), o que revela a hipocrisia política da França e das potências colonialistas que lutaram pela liberdade contra o nazismo, mas que, em suas colônias, não diferiam muitos nas práticas de crueldade e racismo. Isso demonstrava que a bandeira da liberdade defendida pelas potências europeias divergia muito quando hasteada nas colônias localizadas nas periferias do sul-global, conforme observou Balibar, apontando que não era possível fazer qualquer distinção entre as práticas nazistas e as utilizadas pelos colonizadores na América e em outros lugares (2008, p. 19). Análise semelhante fez anteriormente Fanon, ao apontar a grande semelhança existente entre o fascismo e o ultracolonialismo: “Fascismo e colonialismo estão intrinsecamente ligados”, escreveu. (2021, p. 89).

Nesse sentido, a luta pela libertação argelina também passa pela descolonização de toda a África, bem como pelo desnudamento das práticas racistas empregadas pelos colonizadores. Fanon já havia feito essa abordagem em *Pele negra, máscaras brancas*⁴, quando mostra a relação entre o racismo europeu e a colonização, em uma direta crítica à obra da psicanalista Maud Mannoni: “Sim, a civilização europeia e seus representantes mais qualificados são responsáveis pelo racismo colonial” (2008, p. 88)⁵. Essa leitura de Fanon será retomada mais tarde por Sartre, no prefácio de *Os condenados da terra*, com a seguinte conclusão sobre a violência do colonialismo europeu: “Nossa bela alma é racista” (1968, p. 14). Assim, em plena luta anticolonial, faz-se urgente denunciar a violência extrema empregada pelo colonizador, que podemos encontrar na aterradora descrição de Fanon escrita no artigo *Os sobreviventes da terra de ninguém*, também publicado no jornal *El Moudjahid* em 1958:

Armados até os dentes, munidos de punhais e cutelos, os soldados franceses entram nas residências, torturam, dego-

lam, mutilam. A pilhagem e a violação presidem suas ações. As parcas provisões dos felás são destruídas, os animais são levados, as casas e as choças são incendiadas. As mulheres, seja qual for sua idade, são estupradas diante de seus filhos. Até homens de idade madura são violentados sob os olhos de suas famílias, conforme testemunha um ex-combatente das duas guerras mundiais que, na sua idade, foi submetido a essa suprema humilhação. Magnetos são levados para dentro das casas, e crianças de três ou onze anos não são poupadas dos choques elétricos. Homens são conduzidos como gado e degolados sob os olhos de familiares. Bebês são arrancados dos braços de suas mães e jogados debaixo dos tanques, enquanto crianças que fogem em pânico são ceifadas por rajadas de metralhadoras. (FANON, 2021, p. 80-81).

Tendo como pano de fundo esse terror, oriundo da violência extrema empregada pelos franceses na Argélia, que Fanon irá escrever *Os condenados da terra*, uma obra de vital importância para todos os movimentos anticoloniais do sul global. Após alguns anos de militância da FLN e no trabalho hospitalar, em que testemunhou de perto todo o terror da violência empregada pelos franceses, Fanon percebeu que a única saída era a luta, e que, findadas todas as perspectivas, o caminho para a descolonização inevitavelmente deveria passar pela violência, conforme escreveu já na primeira página da obra citada: “A descolonização é sempre um fenômeno violento” (FANON, 1968, p. 25), pois implica uma mudança radical na ordem política e econômica da colônia, alterando profundamente todas as estruturas que até então faziam parte desta e eram impostas pela força e pela violência extrema. A descolonização também é um processo de mudança profunda no ser humano, pois implica uma reorientação na forma como foram pautadas as relações humanas coloniais, bem como a dialética colono-colonizado, que precisarão ser abolidas. “A descolonização jamais passa despercebida porque atinge o ser, modifica fundamentalmente o ser”, cujo objetivo final não será outro que “a criação de

homens novos” (1968, p. 26). A descolonização é, dessa forma, um processo histórico e, como tal, só pode ser compreendida dentro da história, na atuação entre as pessoas, que se criam na medida em que se libertam.

Até aqui, abordamos a importante atuação de Fanon e sua leitura da violência colonial, através dos seus inúmeros escritos políticos, o desnudamento do racismo europeu presente nessas práticas e que a saída para tal situação, esgotadas as possibilidades de atuação (que os colonos por sua própria condição nunca tiveram acesso), passa, necessariamente, pelo engajamento na história. Essa luta anticolonial será, em certo sentido, também violenta, pois implicará uma ruptura com uma ordem que sempre havia sido imposta pela força e, também, pela violência. Nesse sentido, no próximo capítulo iremos abordar as contribuições de Jean-Paul Sartre para o tema da violência durante o processo de libertação e sua leitura de Fanon, tendo como fundamento o prefácio de *Os condenados da terra*.

Sartre: a leitura de Fanon e o engajamento na luta anticolonial

O tema do racismo, e da urgente necessidade de seu combate, já haviam sido abordados por Sartre ainda nos anos de 1940, conforme podemos ler na citação de *Orfeu Negro*⁶: “E, posto que o oprimem em sua raça, e por causa dele, é de sua raça, antes de tudo, que lhe cumpre tomar consciência” (1965b, p. 98). É importante destacar que, dentro do projeto sartriano, o ser humano não possui uma essência pura anterior, encontrando-se sempre em situação, e é nessa perspectiva que a leitura da questão racial deve ser feita, conforme o mesmo autor escreveu nas *Reflexões sobre a questão judaica*⁷: “se pretendo saber o que é o judeu, devo, uma vez que é um ser em situação, indagar primeiramente de sua situação” (1965b, p. 38). Assim, é a partir da leitura da situação que Sartre irá fundamen-

tar seu pensamento político, tendo como “eixo fundamental o problema da liberdade em suas mais diversas manifestações e situações econômicas, sociais, políticas e culturais”, como explica Rodrigo Davi Almeida (2021, p. 2795).

A descrição de Fanon da violência colonial retrata a forma como a crueldade e o terror eram empregados pelos franceses para coibir qualquer manifestação contrária ao domínio hegemônico da metrópole. Sartre explica, em *Que é a Literatura?*, a forma como o Nazismo havia levado a sua geração à redescoberta do mal pelas já amplamente divulgadas práticas de torturas, terror e perseguições, formas pela qual esse regime, durante a Segunda Guerra, buscava eliminar a própria humanidade do outro. E, dentro de uma perspectiva que compreende que a liberdade é sempre exercida em situação, o mal (termo empregado por Sartre) presente nessas práticas de desumanização, aqui apareceu e se impôs com toda a sua força, de modo que não era possível não se posicionar, nas palavras de Sartre: “compreendemos que o Mal, fruto de uma vontade livre e soberana, é absoluto como o Bem”, ao que Sartre finaliza o seu raciocínio com os seguintes termos: “Chegamos então, a despeito de nós mesmos, a esta conclusão, que parecerá chocante às almas delicadas: o Mal não pode ser redimido” (2006, p. 162). Para Sartre, os termos “bem e mal” nunca podem ser confundidos com essências ideais *a priori*, substâncias eternas e imutáveis. Eles são revelados na história, em situação, local onde exercemos as nossas liberdades. E o mal é justamente o que atenta contra a liberdade, nas palavras de Silvio Almeida: “O que determina a violência, enfim, é seu objeto, a própria liberdade que ela quer aniquilar” (2016, p. 167). Tal posicionamento retira qualquer conotação metafísica na interpretação do mundo, conforme bem explica Franklin Leopoldo e Silva:

A história e a metafísica refletem-se, pois, mutuamente, quando somos forçados a ver em ambas a mesma densidade, já que percebemos que a história pôde refutar uma definição metafísica do mal que o considerava apenas como a contrapartida do bem, ao mostrar que o homem é capaz de fazer existir o mal na sua pureza e na condição de um absoluto. A história nos obriga a reformular a nossa definição metafísica do mal, e isso aparece como um testemunho a mais do que é na relação história, em que se põe a totalidade humana, que as questões metafísicas ganham contornos reais, ao mesmo tempo em que a própria história manifesta o núcleo metafísico da sua própria possibilidade. (SILVA, 2004, p. 217).

Por isso, é na relatividade e na incerteza do momento presente que o ser humano encontra o seu “absoluto”, o que implica abandonar toda a segurança dos sistemas fechados, prontos, definitivos, com suas confortadoras verdades eternas, para mergulhar na insegurança da contingência, em que o ser humano busca como fundamento do seu agir a própria situação. “O concreto é história”, escreveu Sartre em *Questão de Método*, numa citação que merece ser reproduzida integralmente por contribuir para elucidar melhor a posição do autor sobre o tema abordado:

Os acontecimentos políticos levaram-nos a utilizar, como uma espécie de grade, mais cômoda do que verídica, o esquema de “luta de classes”: mas foi necessária toda a história sangrenta deste meio século para nos fazer apreender sua realidade e para nos situar numa sociedade dilacerada. Foi a guerra que fez explodir os quadros envelhecidos de nosso pensamento. A guerra, a ocupação, a resistência, os anos que se seguiram. Queríamos lutar do lado da classe operária, compreendíamos, enfim, que o concreto é história e a ação dialética. Havíamos renegado o realismo pluralista por tê-lo reencontrado nos fascistas e descobríamos o mundo. (SARTRE, 1987, p. 120).

Essa história sangrenta de que fala Sartre, a história das guerras e conflitos armados do século XX, foi fundamental para a recuperação de um

sentido realista da história, termo que será de suma importância para a perspectiva sartriana de liberdade, base para a sua defesa do engajamento, sempre se posicionando em defesa dos excluídos da sociedade, das vítimas de violência e opressão, daqueles e daquelas que têm sua liberdade cerceada de diversas maneiras, principalmente pelo poder. Essa evidência tão forte da violência dos opressores trouxe um novo sentido de absoluto, mas que inverte a ordem da metafísica clássica. É um absoluto que se faz presente dentro da história e na relatividade e ambiguidade da situação, como escreveu Sartre: “forçaram-nos também a redescobrir o absoluto no interior da própria relatividade” (2006, p. 159), também expressa numa passagem anterior da seguinte maneira: “descobríamos algo como um gosto de história, isto é, uma mistura amarga e ambígua de absoluto e transitório” (2006, p. 158). Esse fundamento não metafísico para o engajamento “força” os seres humanos a tomarem uma posição na história e, diante de um lado que pratica a violência, a tortura, a opressão, essa escolha pelos oprimidos adquire todo um novo peso e relevância. Nesse sentido que podemos compreender a leitura que Sartre faz de Fanon e o seu famoso e “polêmico” prefácio escrito para *Os condenados da terra*.

Em seu prefácio (também publicado em *Situações V*⁸), redigido a pedido do próprio Fanon, Sartre encarna os valores que propõe em sua filosofia, se engajando na história e, desse modo, tomando partido dos argelinos em sua luta anticolonial, em que “Sartre assume uma responsabilidade frente aos povos oprimidos durante o processo de colonização e partilha do mundo pelos países europeus. Portanto, serve-se agora do existencialismo como doutrina da ação” (ARANTES, 2011, p. 387). Sua leitura de Fanon parte da compreensão da importância do autor em revelar aos próprios europeus suas atrocidades cometidas durante a colonização,

contribuindo para destruir a orgulhosa visão que tinham de si mesmos, como imbuídos de uma missão civilizatória para o resto do mundo. A torpeza da colonização apresentada como em um espelho para o europeu, revelou a barbárie que se escondia sobre a fachada burguesa, bem como a ausência de significado desse humanismo universalista, que tinha como modelo o homem branco europeu e que ignorava as diversas situações em que os povos viviam, sobretudo os explorados e espoliados pelos ditos humanistas, nas palavras de Sartre: “O colonialismo nega os direitos do homem aos homens que subjuguou pela violência, que mantém pela força na miséria e na ignorância; portanto, como diria Marx, num estado de ‘sub-humanidade’” (1965a, p. 39)². Daí a importância de Fanon para Sartre: ele revela para os europeus a brutalidade deles próprios, e que estes tanto ignoravam. Diante de tamanha violência e terror, mostra como o engajamento nas lutas emancipacionistas torna-se não apenas uma questão de opção ideológica, mas um compromisso ético com a causa da liberdade dos povos, como podemos ler na citação abaixo:

Ela só terá a lucrar com a leitura de Fanon. Essa violência irreprimível, ele o demonstra cabalmente, não é uma tempestade absurda nem a ressurreição de instintos selvagens e nem mesmo um efeito do ressentimento; é o próprio homem que se recompõe. Sabíamos, creio eu, e esquecemos esta verdade: nenhuma suavidade apagará as marcas da violência; só a violência é que pode destruí-las. E o colonizado se cura da neurose colonial passando o colono pelas armas. (SARTRE, 1968, p. 14).

Aqui encontramos uma questão polêmica que provocou diversas reações, com destaque para a de Hannah Arendt, em que Sartre, mais do que o próprio Fanon, passa a ser visto como um pensador que visa legitimar a violência (reflexão que será abordada adiante). Destacamos que em seu prefácio, Sartre não chama atenção apenas para a causa da independên-

cia argelina, apresentando a leitura de Fanon como um caminho para a descolonização do próprio pensamento e da prática dos europeus, quando escreveu que “é necessário que nós, europeus, nos descolonizemos, isto é, extirpemos, por meio de uma operação sangrenta, o colono que há em cada um de nós. Examinemo-nos, se tivermos coragem, e vejamos o que se passa conosco” (1968, p. 16). Extirpar “o colono” é não só um apelo, mas um ataque às práticas europeias que visavam desumanizar os outros povos, condição para que realmente se possa construir um verdadeiro humanismo, centrado não em um modelo ideal de ser humano, mas na história. Assim, as reflexões descoloniais de Fanon, que não somente apelam à luta pela independência, mas também desvelam o racismo presente no pensamento europeu, com suas práticas de violência e de dominação, se encarnam nessa mentalidade de “colono” que precisa ser urgentemente extirpada. De modo que suas reflexões visam resgatar a humanidade violada dos povos colonizados através da luta anticolonial. Nesse ponto que se encontra a força da obra de Fanon para Sartre, segundo Arantes:

Finalmente, no entender de Sartre, a obra de Fanon não dissimula as fraquezas, as discórdias e as mistificações do colonizado subjugado. Seu mérito está em desmontar as táticas do colonialismo, ensinando os povos desumanizados pelo colonizador a superar a complexidade e as contradições das relações sociais internas que movem a máquina colonial. Na sua obra, fica claro que é o racista que cria a inferioridade, sendo a discriminação racial o alicerce da instituição colonial. (ARANTES, 2011, p. 396).

Porém, fica uma questão que precisa ser melhor analisada: a violência da luta anticolonial como arma contra a violência do colonizador. Nesse sentido, trazemos a reflexão de Hannah Arendt – cuja posição será apresentada no próximo capítulo – que defende que somente a não-violência pode ser uma arma legítima de luta, posição contrária à adotada por

Fanon em sua atuação na FNL e defendida por Sartre em seu prefácio, não apenas em uma passagem, mas em diversos momentos, quando ele afirma de maneira bastante direta que num confronto entre um opressor e um oprimido, o último deve literalmente matar o primeiro, restando assim um homem morto e um homem livre: “Porque, no primeiro tempo da revolta, é preciso matar; abater um europeu é matar dois coelhos de uma só cajadada, é suprimir ao mesmo tempo um opressor e um oprimido: restam um homem morto e um homem livre” (1968, p. 14). Dessa forma, faz-se mister analisar algumas questões éticas envolvendo essa interpretação sartriana do pensamento de Fanon, bem como a legitimidade desse modo de ação, de que, esgotadas todas as possibilidades, ainda assim pode-se defender que somente a violência é capaz de acabar com a violência.

A violência contra a violência: o debate ético-político sobre a ação

Tanto a posição de Fanon como a de Sartre, no prefácio de *Os condenados da terra*, sofreram duras críticas por apresentarem uma “apologia da violência”, em especial às de Hannah Arendt que em *Sobre a violência*, argumentou que ambos tiveram um entendimento equivocado de Marx e produziram uma “glorificação da violência”, nas palavras da filósofa: “Sartre, que em seu prefácio a *Desgraçados da terra*¹⁰, de Fanon, vai muito além em sua glorificação da violência do que fizera Sorel em suas famosas *Reflexões sobre a violência* – mais além mesmo do que o próprio Fanon” (1994, p.19). De fato, aqui está sendo levantado um sério problema ético com relação à violência, que é a produção de uma argumentação capaz de legitimá-la e, em quais circunstâncias essa seria “permitida”. A autora, nessa mesma linha de pensamento, também irá questionar as formas de atuação dos movimentos estudantis e do movimento negro nor-

te-americano sob a ótica da crítica da violência, baseando-se principalmente em sua compreensão de poder e violência, que passam a ser vistos como opostos, nas palavras de Arendt: “poder e violência são opostos; onde um domina absolutamente, o outro está ausente” (1994, p. 44).

Sobre a posição de Hannah Arendt, merece atenção a leitura de Silvio de Almeida: “em nome de sua pregação liberal, Arendt fez pouco do que Marx concebia como trabalho e do que o próprio Sartre considerava ser a violência” (2016, p. 174) e conclui, mais adiante, a partir das considerações de Maria Ribeiro do Valle, que Arendt se contrapõe à Sartre, Fanon e Marcuse, acusando-os de distorcer o pensamento de Marx quando, na verdade, “ela o faz, ao restringir a política a um consenso legítimo, no qual os oprimidos dependem da chancela do próprio poder que os oprime para exercer a política” (2016, p. 177), pois a distinção entre violência e poder – e mais adiante também entre poder e terror, que é quando a violência derrota completamente o poder – implica aceitar o poder como regulador da ordem e que as mudanças sociais devem acontecer sempre na esfera das instituições. O autor ainda explica que, para Sartre, a violência do revolucionário que luta contra a colonização não pode ser compreendida apenas como uma “vingança”, no sentido de uma prática de violência para revidar as ofensas sofridas. Para Sartre, “a resposta a uma agressão ou o esforço para livrar-se do poder legal opressor não é violência, mas contraviolência” (ALMEIDA, 2016, p. 162). É, justamente, a saída encontrada para pôr um fim ao ciclo de violência, quando as alternativas se esgotarem. Por isso, nas palavras de Silvio de Almeida, “não é verdade, porém, que Sartre seja um ‘apologista da violência’” (2016, p. 162), conforme até mesmo já abordamos acima, quando Sartre afirma que “o Mal não pode ser redimido” em uma referência clara às violências e ao terror do regime nazista na Europa, bem como a extrema violência empregada

pelos franceses na Argélia. “A contraviolência ganha uma justificativa ética quando é um movimento de libertação” (ALMEIDA, 2016, p. 162). Tal posição também é a sustentada por Fanon, em *Os condenados da terra*, conforme pode-se observar na citação abaixo:

O campesinato é posto sistematicamente de lado pela propaganda da maior parte dos partidos nacionalistas. Mas é claro que, nos países coloniais, só o campesinato é revolucionário. Nada tem a perder e tem tudo a ganhar. O camponês, o desclassificado, o faminto é o explorado que mais depressa descobre que só a violência compensa. Para ele, não há compromisso, não há possibilidade de arranjo. A colonização ou descolonização – trata-se simplesmente de uma relação de forças. O explorado percebe que sua libertação pressupõe todos os meios e desde logo a força. Quando, em 1956, depois da capitulação do Sr. Guy Mollet diante dos colonos da Argélia, a Frente de Libertação Nacional, num panfleto célebre, constatou que o colonialismo só larga a presa ao sentir a faca na goela, nenhum argelino achou realmente esses termos demasiado violentos. O panfleto não fazia senão exprimir o que todos os argelinos sentiam intimamente: o colonialismo não é uma máquina de pensar, não é um corpo dotado de razão. É a violência em estado bruto e só pode inclinar-se diante de uma violência maior. (FANON, 1968, p. 46).

Assim, para Fanon, a luta pela resistência frente ao colonialismo, que “não é um corpo dotado de razão” e que se apresenta como “a violência em estado bruto”, não é possível de ser resolvida simplesmente no diálogo, conforme a experiência histórica dos povos oprimidos já havia mostrado. E, da mesma forma, o homem engajado na causa pela independência, desprovido de sua humanidade e não reconhecido como ser humano pela “máquina colonial”, só consegue o reconhecimento de sua pessoa na luta anticolonial, lugar em que o sujeito colonizado constrói sua identidade, “o homem colonizado liberta-se na e pela violência. Esta práxis ilumina o agente porque lhe indica os meios e o fim” (1968, p. 66).

Assim, a leitura de Hannah Arendt, de que Fanon e Sartre estariam fazendo uma “apologia da violência” e que do ponto de vista ético a defesa da luta armada e de práticas violentas nunca é justificada, não pode ser atribuída de forma pura e simples para os pensadores citados. Ambos pensadores, dentro de suas perspectivas filosóficas, principalmente pelo referencial teórico do pensamento marxista, compreendem que não existem valores absolutos da forma como a tradição metafísica ocidental cunhou e que, portanto, o único “absoluto” possível, na falta de um termo mais apropriado para descrever a possibilidade de fundamentos, é a própria história, lugar por excelência em que produzimos a nossa própria humanidade e exercemos a liberdade em situação, conforme Sartre escreveu em *Questão de Método*, ao abordar o que seria o fundamento para uma filosofia marxista: “este homem que se define simultaneamente pelas suas necessidades, pelas condições materiais de sua existência e pela natureza de seu trabalho, isto é, de sua luta contra as coisas e contra os homens” (1987, p. 117). Da mesma forma, quando em Fanon encontramos a violência anticolonial como ferramenta de construção de um sujeito novo e livre, encontramos também aí uma grande referência ao projeto sartriano, onde, “pelo projeto, há negação de uma situação definida em nome de uma situação que não existe” (SARTRE, 1986, p. 77). Segundo Sartre, essa noção de projeto “nos conduz, em suma, a uma realidade prática do homem, onde existir e fazer-se são uma só e mesma coisa” (1986, p. 81).

Em Fanon, portanto, não temos apenas a descrição da violência e a publicidade da luta anticolonial, mas o projeto de construção de um novo ser humano descolonizado, liberto das amarras desse imperialismo e forjado na luta e na consciência da libertação, mas que não termina na independência, prosseguindo “contra a miséria, o analfabetismo, o subdesenvolvimento. A luta, afirmam todos, continua. O povo verifica que a vida é um combate sem fim” (1968, p. 73).

Dessa forma, diferentemente do colonizador, em que a violência é um *modus operandi* do próprio empreendimento colonial, na luta anticolonial a violência não é a regra, mas a ferramenta encontrada dentro da situação em que os oprimidos se encontram e é utilizada dentro do processo de libertação. A primeira visa tirar a liberdade, a segunda reconstituir; a primeira institui a tortura, a segunda visa a sua proibição; a primeira impõe o domínio, pela violência, de um povo sobre outro; a segunda busca a libertação desse povo. E, dentro desse projeto descolonial de Fanon, o que se busca é a construção da humanidade: “O terceiro mundo não deseja organizar uma imensa cruzada da fome contra toda a Europa. O que ele espera daqueles que o mantiveram durante séculos na escravidão é que o ajudem a reabilitar o homem, a fazer triunfar o homem por toda a parte” (1968, p. 84). Para concluir, torna-se bem elucidativa uma citação de Sartre, de *Que é a Literatura?*, que, embora anterior à obra de Fanon, já fez uma profunda reflexão ética sobre a violência e que, em grande medida, pode contribuir como princípio de interpretação para a forma como ambos pensadores pensaram a violência:

Reconheço que a violência, sob qualquer forma que se manifeste, é um fracasso. Mas um fracasso inevitável, pois vivemos num universo de violência; e se é verdade que o uso da violência contra a violência implica o risco de perpetuá-la, é verdade também que é o único meio de detê-la. (SARTRE, 2006, p. 211).

Ao que Sartre conclui: “violência por violência, é preciso escolher” (2006, p. 112).

Conclusão

Frantz Fanon escreveu certa vez: “se há uma atitude estéril, é a que consiste em um oprimido se dirigir ao ‘coração’ de seus opressores” (2021, p.

123), como se os opressores deixassem seus impérios coloniais por empatia ou pena. Infelizmente, a história só nos mostrou o contrário: quando essas conquistas aconteceram, foi somente após uma longa e intensa luta. Nessa perspectiva, o pensamento de Fanon ofereceu uma singular contribuição para todos os movimentos descoloniais do século XX, tornando-se uma referência fundamental até para os dias de hoje. Longe de uma apologia da violência, que só pode ser entendida tirando toda a luta do autor dentro da FLN de seu contexto, o que encontramos é a denúncia de uma violência que partia, em primeiro lugar, dos povos ditos “civilizados” e que, nem duas décadas atrás (dos escritos de Fanon), haviam convocado os aliados para lutar contra o obscurantismo do nazismo, mas que em suas colônias, pouco divergiam em suas práticas de dominação.

Também não podemos deixar de reconhecer a importância de Jean-Paul Sartre, que personificou em sua atuação o modelo do que ele mesmo defendia como sendo o “pensador engajado”. Muitos o questionam, argumentando uma possível “mudança” de perspectiva ao longo do tempo, para uma radicalidade cada vez maior. Para um pensador que tinha como referência a máxima “a existência precede a essência”, mudar, de acordo com as necessidades da história, nunca é um problema, pois os seres humanos são sempre situados e, em cada momento da história, temos que nos engajar, principalmente nas causas mais urgentes: aquelas que visam cercear a liberdade, através da opressão e da violência.

Dessa forma, seguindo a proposta do título desse artigo, dizer que somente a violência pode acabar com a violência, nas perspectivas de Fanon e Sartre, não significa que ambos estão produzindo uma apologia da violência, mas, ao contrário, produzindo uma defesa urgente de uma luta diante de uma opressão baseada em uma violência extrema, cujo fim é a desumanização do colonizado. Assim, para ambos os pensadores anali-

sados no artigo, a luta anticolonial, quando recorre à violência, nunca é por causa da violência em si, mas pela defesa da liberdade, cujo horizonte teórico é o fim dos projetos coloniais e de opressão que permanecem nos países ex-colônias do sul-global (como o Brasil), em que a ordem desigual e injusta é ainda imposta pela força e pela violência, demonstrando que a leitura de Fanon e Sartre ainda tem muito a nos ensinar.

Notas

1. FANON, Frantz O. **Escritos Políticos**. Tradução de Monica Stahel. São Paulo: Boitempo, 2021.

2. Ver “Cronologia” In: FANON, Frantz O. **Escritos Políticos**. Tradução de Monica Stahel. São Paulo: Boitempo, 2021.

3. To designate violence of the type I shall be describing as extreme, the kind I would like, above all, to discuss here, I shall use the term cruelty.

4. Quando, por exemplo, Fanon explicita o racismo europeu nas seguintes passagens: “Defendemos, de uma vez por todas, o seguinte princípio: uma sociedade é racista ou não o é. Enquanto não compreendermos essa evidência, deixaremos de lado muitos problemas. Dizer, por exemplo, que o norte da França é mais racista do que o sul, que o racismo é obra de subalternos, o que, por conseguinte, não compromete de modo algum a elite, que a França é o país menos racista do mundo, é do feitio de homens incapazes de pensar corretamente” (2008, p. 85).

5. Citação de Mannoni, em nota de Fanon: “A civilização europeia e seus representantes mais qualificados não são responsáveis pelo racismo colonial; este é obra de subalternos, pequenos comerciantes e pequenos colonos que deram duro durante muito tempo sem sucesso”.

6. SARTRE, Jean-Paul. “Orfeu Negro”. In: Reflexões sobre o racismo. 4ª ed. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965.

7. Ibid.

8. Na versão aqui disponível aparece com o título Colonialismo y neocolonialismo.

9. Na versão em espanhol: El colonialismo niega los derechos del hombre a los hombres que ha sometido por la violencia, que mantiene por la fuerza en la miseria y en la ignorancia; por lo tanto, como diría Marx, en estado de “sub-humanidad”.

10. A diferença de título da obra de Fanon se deve à tradução da obra de Hannah Arendt.

Bibliografia

ALMEIDA, Rodrigo Davi. “Jean-Paul Sartre e o Terceiro Mundo (1947-1979)”. **Latin American Journal of Development**, [S. l.], v. 3, n. 5, p. 2789–2800, 2021. Disponível em: <https://latinamericanpublicacoes.com.br/ojs/index.php/jdev/article/view/730>. Acesso em: 11 aug. 2022.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Sartre: direito e política: ontologia, liberdade e revolução**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ARANTES, Marco Antônio. “Sartre e o Humanismo Racista Europeu: uma leitura sartriana de Frantz Fanon”. **Sociologias**, [S. l.], v. 13, n. 27, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/22486>. Acesso em: 11 ago. 2022.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. 3^a ed. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

BALIBAR, Étienne. **Violence and Civility: on the limits of political philosophy**. Translated by G. M. Goshgarian. New York: Columbia University Press, 2015.

_____. “Violencia: idealidad y crueldade”. *Polis* (Santiago), [S.l.], n. 19, July 2008. Disponible en: <https://polis.ulagos.cl/index.php/polis/article/view/570/1054>. Fecha de acceso: 11 aug. 2022.

FANON, Frantz. **Escritos Políticos**. Tradução de Monica Stahel. São Paulo: Boitempo 2021.

_____. **Os condenados da terra.** Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.

_____. **Pele negra, máscaras brancas.** Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

SARTRE, Jean-Paul. **Colonialismo y neocolonialismo: Situations**, V. 2^a ed. Traducción de Josefina Martínez Alinari. Buenos Aires: Editorial Losada, 1965.

_____. “Prefácio”. In FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.

_____. **Que é a Literatura?** 3^a ed. Tradução de Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Ática, 2006.

_____. “Questão de Método”. In. SARTRE, Jean-Paul. **Sartre: Coleção “Os Pensadores”.** 3^a ed. Tradução de Bento Prado Júnior. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

_____. **Reflexões sobre o racismo.** 4^a ed. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965.

_____. **Sartre no Brasil:** a conferência de Araraquara; filosofia marxista e ideologia existencialista. 2^a ed. Tradução de Luiz Roberto Salinas Fortes. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1986.

SILVA, Franklin Leopoldo e. **Ética e Literatura em Sartre: ensaios introdutórios.** São Paulo: UNESP, 2004.